

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *A Cúrcia*

Class.: _____

Data: *18.02.89*

Pg.: _____

INVASÃO ACABARÁ

Garimpeiros deixarão Yanomani em 30 dias

BRASÍLIA — Dentro de 30 dias deverá ser deflagrada pelo governo federal a operação de retirada de 20 mil garimpeiros que atuam nas áreas onde vivem os índios ianomamis, em Roraima e no Amazonas. A afirmação foi feita ontem em Brasília pelo procurador-geral da Funai, Ovídio Martins de Araújo, ao tomar conhecimento de que o presidente José Sarney assinou o decreto tratando da homologação da demarcação de 19 áreas onde vivem os ianomamis. Ao todo são mais de dois milhões de hectares.

Os garimpeiros invadiram o território indígena exercendo uma ação altamente predatória porque destroem os cursos das águas com o aterramento provocado por sua rudimentar técnica. Além disso, poluem os rios mediante o uso de mercúrio. Ovídio Martins frisou que, com o trabalho dos 20 mil garimpeiros, somente os grupos econômicos saem lucrando — “perdem os incios, a ecologia e os próprios garimpeiros que quase nada auferem porque a maior parte do lucro fica com os patrões”.

Forças Armadas — Da ação da retirada, participarão vários organismos governamentais, a começar pelas Forças Armadas e isso já foi objeto de reunião este ano no Palácio do Planalto, da qual participaram os ministros da Justiça, do Gabinete Militar, do Interior e das Relações Exteriores, além do presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira.

Para o procurador-geral, a Fundação Nacional do Índio “não pode continuar assistindo a ocorrência de garimpo nas áreas ianomamis porque isso representa, antes de tudo, um desrespeito aos índios e à natureza”. Frisou que a demarcação das terras ianomamis era uma das principais aspirações dos indígenas no sentido de que a Funai venha atuar de maneira mais eficaz no combate ao garimpo.



João Alves defende a retirada

Ação justificada — Justificando a ação de outros órgãos do governo no processo de retirada dos garimpeiros, Ovídio Martins de Araújo sentenciou que a Funai, “pelas enormes atribuições nos 850 mil Km² de reservas indígenas — o equivalente a dez por cento do território brasileiro — não tem condições materiais e humanas para atender as necessidades dos 220 mil indígenas. Por isso, haverá de contar com o apoio de diversos Ministérios para evacuar o território ianomami”.

A operação já está sendo devidamente planejada para ser deflagrada dentro de 30 dias, no máximo, antecipou. A demarcação anunciada hoje pela Presidência da República abrange as seguintes áreas indígenas: Uauaris — 116.211,6000 ha em Roraima; Uaiacás — 25.221,9200 ha em Roraima; Surucucu — 838.586,5600 ha em

Roraima
Cutaiba — 92.320,8078 ha em Roraima
Palimú-There — 46.438,8100 ha em Roraima
Ericó — 30.380,2700 ha em Roraima
Acapural — 12.606,1100 ha em Roraima
Mucajá — 182.648,2200 ha em Roraima
Jundiá — 137.277,2863 ha em Roraima
Catrimani — 51.751,7184 ha em Roraima

Demini — 36.941,8872 ha no Amazonas
Toototobi — 242.005,3951 ha no Amazonas
Gurupira — 20.637,2559 ha no Amazonas
Ajuricaba — 20.283,2299 ha no Amazonas
Marari — 53.791,5951 ha no Amazonas
Marauíá — 156.122,0134 ha no Amazonas
Maturacá — 119.916,8844 ha no Amazonas
Cauaburi — 10.391,2646 ha no Amazonas
Apuí — 33.313,4579 ha no Amazonas

A demarcação destina-se principalmente à preservar o habitat tradicional e permanente dos grupos Ianomami e Maiongong, garantindo-lhes a sobrevivência física e assegurando a manutenção de seus padrões culturais.

Aos índios será assegurado o uso preferencial dos recursos naturais das florestas nacionais do entorno, vedado o ingresso, o trânsito, a permanência de terceiros ou o exercício de qualquer atividade sem prévia autorização da Funai e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Chuvvas impedem sobrevôo no garimpo

PORTO VELHO — Intensas chuvas que caíram desde o início da manhã impediram ontem que o ministro do Interior, João Alves, e o presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, jornalista Fernando Cesar Mesquita, sobrevoassem a região garimpeira de 200 Km ao longo do rio Madeira, em Rondônia, como parte de uma missão iniciada quart-feira no Pará para reconhecimento dos garimpos na região amazônica. Alves e Mesquita, que se reuniram com o vice-governador Orestes Muniz — o governador Jerônimo Santana está em Brasília tentando negociar a dívida de NCz\$ 73 milhões da Centrais

Elétricas de Rondônia com a Petrobrás, que ameaça cortar o fornecimento de óleo diesel para a geração de energia no Estado —, foram informados da elaboração do Plano de Zoneamento Agroecológico de Rondônia (PNAFLORO), uma exigência do Banco Mundial para continuar financiando programas de desenvolvimento na região. Ambos, que retornaram à tarde a Brasília, coincidiram na defesa da soberania da Amazônia diante do que consideram uma “ingerência” da comunidade ambientalista internacional ao exigir do governo brasileiro a demarcação das terras indígenas e dos seringueiros e rigor na preservação ecológica. “Os países

que hoje fazem pressões ao Brasil são os mesmos que destruíram seus recursos naturais. Agora se metem em assunto nosso. A preservação é um assunto dos brasileiros e o Brasil não vai aceitar ingerência”, declarou o ministro João Alves. Fernando Cesar Mesquita anunciou ao vice-governador a realização, no dia 15 de março, em Brasília, de uma reunião com todos os secretários estaduais do meio ambiente para “aparar arestas”. Ele admitiu a falta de unidade entre esses secretários, observando que “alguns são ambientalistas e outros são conservacionistas”. De sua parte, fica “entre uma e outra”.

Amazônia debatida na Holanda

WASHGINTON — A crescente pressão sobre o governo brasileiro para que impeça o desmatamento da Amazônia deverá ser reforçada, daqui a um mês, em Amsterdam, na Holanda, durante a reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O meio ambiente e a dívida externa serão dois dos principais temas do encontro, no qual estará presente o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. As duas maiores organizações de

defesa do meio ambiente dos Estados Unidos — o National Wildlife Federation e o Environmental Defense Fund — revelaram que enviarão representantes para participar dos dois seminários que o BID promoverá sobre essas questões. A ideia, segundo diretores desses grupos, é ouvir o que o governo brasileiro tem a dizer sobre a proteção das florestas tropicais e sugerir, mais uma vez, a alternativa de uma troca entre o perdão de parte da dívida externa

pelo compromisso de se preservar a Amazônia.

Membros do Partido Verde da Alemanha e militantes de vários grupos de ecologistas daquele país também irão a Amsterdam. Barbara Bramble, diretora da National Wildlife Federation, que chegará hoje ao Brasil para participar de uma reunião dos índios caiapós em Altamira, disse ontem que a entidade deverá levar inclusive um convidado brasileiro.